

## CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

### 16ª Sessão Ordinária de 2022

**(Publicada no Diário Eletrônico do CNMP, Caderno Processual, de 18/10/2022, págs. 1/21)**

Dia: 25/10/2022

Hora: 09:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – SAF Sul, Quadra 2, Lote 3  
Brasília-DF

### PAUTA DESTA SESSÃO

#### PARTE I

1) Aprovação da Ata da 15ª Sessão Ordinária de 2022 (11/10/2022).

#### PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS

##### Processos com Pedidos de Vista

##### Pedido de Vista na 3ª Sessão do Plenário por Videoconferência de 2020 (05/05/2020)

1) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00155/2019-81

Requerente: Sigiloso

Requerido: Ministério Público do Estado do Acre

Interessado: Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais – FENAMP

Advogado: Dr. Rudi Meira Cassel – OAB/DF n.º 22.256

Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Número de servidores comissionados desproporcional ao número de servidores efetivos. Irregularidades nas nomeações. Desrespeito a princípios constitucionais.

Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves

Origem: Acre

Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

##### Pedido de Vista na 4ª Sessão do Plenário por Videoconferência de 2020 (12/05/2020)

2) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00700/2019-01

Requerente: Sigiloso

Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí

Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Irregularidades. Criação de diversos cargos em comissão. Prejuízo aos aprovados em concurso público para provimento de cargos de Técnico e Analista Ministerial.

Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa

Origem: Piauí

Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 5ª Sessão Ordinária de 2021 (13/04/2021)

- 3) Pedido de Providências nº 1.00448/2020-75  
Requerente: Misael Silva Nogueira  
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá  
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Irregularidades. Pagamento de subsídios de membros. Valores acima do teto constitucional. Vedação ao recebimento de vantagens e auxílios ao subsídio.  
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Origem: Amapá  
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedidos de Vista na 9ª Sessão Ordinária de 2021 (08/06/2021)

- 4) Proposição nº 1.00415/2021-60  
Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Institui a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais do Ministério Público brasileiro, e dá outras providências.  
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
- 5) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00447/2017-70 (Recurso Interno)  
Recorrente: Fábio George Cruz da Nóbrega  
Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte  
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Resolução n.º 078/2017 – PGJ/RN. Regulamentação da conversão em pecúnia de férias e licenças-prêmio não gozadas por necessidade do serviço. Necessidade de serviço. Presunção. Arguição de nulidade da referida Resolução. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Rio Grande do Norte  
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 11ª Sessão Ordinária de 2021 (10/08/2021)

- 6) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00645/2020-85  
Requerente: Vanessa Fernandes Queiroga Pita  
Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas  
Objeto: Ministério Público do Estado de Alagoas. Concurso público para provimento de cargos. Analista do Ministério Público, área de Comunicação Social. Manutenção de servidores em cargos comissionados. Prejuízos à nomeação dos candidatos aprovados.  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Alagoas  
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 1ª Sessão Ordinária de 2022 (08/02/2022)

- 7) Reclamação Disciplinar nº 1.01326/2021-50  
Requerente: José Antonio dos Santos Medeiros  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.  
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: Mato Grosso  
Vista: Cons. Paulo Cezar dos Passos  
Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa

Pedido de Vista na 3ª Sessão Ordinária de 2022 (15/03/2022)

- 8) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00383/2019-89 (Embargos de Declaração)  
Embargantes: Fernanda Alitta Moreira da Costa; Roberto Portela Mildner  
Advogados: Fábio Medina Osório – OAB/RS n.º 64975; Eduardo Silva Toledo – OAB/DF n.º 44.181  
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Objeto: Membros do Ministério Público do Trabalho no Estado do Rio Grande do Sul. Prática de assédio moral contra servidores, estagiários e funcionários terceirizados. Procuradoria do Trabalho do Município de Santo Ângelo. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00773/2018-96. Portaria CNMP-CN nº 46/2019.  
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Engels Augusto Muniz

Pedido de Vista na 6ª Sessão Ordinária de 2022 (26/04/2022)

- 9) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.01094/2021-58  
Requerente: Cristiano Zanin Martins  
Requerido: Corregedoria do Ministério Público Federal  
Interessado: Membro do Ministério Público Federal  
Advogados: Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673; Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF n.º 20.800; Andre Fonseca Roller – OAB/DF n.º 20.742  
Objeto: Ministério Público Federal. Revisão de Processo Disciplinar. Expediente PGR-00020423/2021. Decisão definitiva proferida pela Corregedoria Geral do Ministério Público Federal, que determinou o arquivamento da representação.  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Cons. Daniel Carnio Costa

Pedido de Vista na 7ª Sessão Ordinária de 2022 (10/05/2022)

- 10) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00347/2022-66  
Requerente: Associação do Ministério Público do Estado do Pará  
Advogados: Clauber Hudson Cardoso Duarte – OAB/PA n.º 23.621; Daniel Konstadinidis – OAB/PA n.º 9.167; Thiago Carvalhaes Peres – OAB/PA n.º 21.233  
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará  
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Desconstituição de ato da Corregedoria-Geral. Determinação para que a Corregedoria Geral se abstenha de realizar controle prévio dos objetivos lançados nos planos de atuação dos membros. Ausência de competência administrativa para o ato e violação ao princípio institucional de independência funcional. Resolução n.º 007/2016-CPJ-MPPA. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Pará  
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedidos de Vista na 8ª Sessão Ordinária de 2022 (24/05/2022)

- 11) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01100/2017-27  
Requerente: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão  
Interessados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira; Sergio Gardenghi Suiama  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Nota Técnica n.º 11/2017/PCDF/MPF. Proteção à criança e ao adolescente. Atuação dos Ministérios Públicos estaduais.  
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

- 12) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01105/2017-03  
Requerentes: Anna Maria Amarante Brancio; Marya Olimpia Ribeiro Pacheco; Renato Barão Varalda  
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão  
Interessados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira; Sergio Gardenghi Suiama  
Objeto: Ministério Público Federal. Conflito de atribuições entre a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e a Justiça Estadual. Edição de Nota Técnica nº 11/2017/PFDC/MPF. Matéria da infância e juventude.  
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

Pedido de Vista na 10ª Sessão Ordinária de 2022 (28/06/2022)

- 13) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00541/2022-05  
Requerente: Silvia Leticia Bernardes Mariosi Amaral  
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Interessado: Bernardo de Moura Lima Paiva Jeha  
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Remoção de Promotor de Justiça para a 1ª Promotoria de Comarca de Itaúna. Alegação de ilegalidades ocorridas na votação do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro  
Origem: Minas Gerais  
Vista: Cons. Paulo Cezar dos Passos

Pedidos de Vista na 11ª Sessão Ordinária de 2022 (09/08/2022)

- 14) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00247/2021-30  
Requerente: Associação do Ministério Público do Estado da Bahia  
Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA n.º 11.024  
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Desconstituição de ato. Resolução nº 101, aprovada pelo Conselho Superior. Ato Nº 01/2021-CGMP/BA, editado pela Corregedoria Geral. Regulamentação do estágio probatório dos membros do Ministério Público do Estado da Bahia. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Bahia  
Vista: Cons. Moacyr Rey Filho  
Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto  
Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

15) Pedido de Providências nº 1.00422/2022-34

Requerente: Rainor Ido da Silva  
Advogado: Francisco Yukio Hayashi – OAB/SC n.º 038522  
Requerido: Conselho Nacional do Ministério Público  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Decisão. Determinação para o deferimento de pedido de cópias integrais do PCA CNMP nº 739/2021-80.  
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves

Pedido de Vista na 12ª Sessão Ordinária de 2022 (23/08/2022)

16) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00085/2022-20

Requerente: Jose Carlos Guillem Blat  
Advogado: Vinicius Guerbali – OAB/SP n.º 362467  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Interessado: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Procedimento Administrativo Disciplinar Sumário nº 15/2019, da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: São Paulo  
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 14ª Sessão Ordinária de 2022 (20/09/2022)

17) Reclamação Disciplinar nº 1.00746/2021-64 (Embargos de Declaração)

Embargantes: Associação Direitos Humanos em Rede – Conectas Direitos Humanos; Defensoria Pública do Estado de São Paulo; Movimento Independente Mães de Maio  
Advogados: João Paulo de Godoy – OAB/SP n.º 365.922; Marcos Roberto Fuchs – OAB/SP n.º 101.663; Raissa Carla Belintani de Souza – OAB/SP n.º 404.214  
Embargado: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de São Paulo.  
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos  
Origem: São Paulo  
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedidos de Vista na 15ª Sessão Ordinária de 2022 (11/10/2022)

- 18) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00751/2020-40  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Interessado: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Objeto: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Abuso do direito de petição. Promoção de representação disciplinar temerária em face de membro da Advocacia Geral da União. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00310/2020-67. Portaria CNMP-CN nº 48/2020.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
- 19) Proposição nº 1.00593/2022-45 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Alteração do art. 4º, § 1º, inciso II, da Resolução CNMP nº 223/2020, para suprimir locução do texto original e permitir que os valores das participações obrigatórias dos beneficiários possam ser objeto de ressarcimento.  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto

Processos com pedido de vista regimental cancelado em razão de fim de mandato

- 20) Proposição nº 1.00328/2018-90  
Requerente: Orlando Rochadel Moreira  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Dispõe sobre a impossibilidade de servidor ou membro do Ministério Público requerer a aposentadoria voluntária no curso de processo punitivo disciplinar.  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Distrito Federal
- 21) Proposição nº 1.00509/2018-25  
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Emenda Regimental. Acréscimo do inciso XX ao art. 5º, do RICNMP. Competência do Plenário para afastar, por inconstitucionalidade, e observada a maioria absoluta de seus membros, a aplicação de Lei aproveitada como base de ato administrativo objeto de controle.  
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Distrito Federal

- 22) Proposição nº 1.00891/2018-03  
Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva  
Interessado: Associação Brasileira dos Advogados Previdenciários  
Advogado: Donne Pisco – OAB/DF n.º 22.812  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Não intervenção do Ministério Público em contratos particulares firmados entre advogados e seus constituintes. Ausência de interesse de incapazes, interesse público ou social.  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Distrito Federal
- 23) Proposição nº 1.00461/2019-18  
Requerente: Lauro Machado Nogueira  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamento de cursos oficiais para ingresso, formação inicial e vitaliciamento de membros do Ministério Público.  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Distrito Federal
- 24) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00635/2019-70 (Recurso Interno)  
Recorrente: Margaret Matos de Carvalho  
Advogados: Rudi Meira Cassel – OAB/DF n.º 22.256; Jean Paulo Ruzzarin – OAB/DF n.º 21006; Araceli Alves Rodrigues – OAB/DF n.º 26720; Marcos Joel dos Santos – OAB/DF n.º 21203; Pedro Henrique Fernandes Rodrigues – OAB/DF n.º 42.804  
Recorrido: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Objeto: Membro do Ministério Público do Trabalho. Reclamação Disciplinar n.º 1.00319/2019-99. Manifestação em rede social. Conteúdo ofensivo ao Presidente da Câmara dos Deputados.  
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves  
Origem: Distrito Federal

#### Processos Remanescentes

#### Incluído na Pauta da 18ª Sessão Ordinária de 2019 (26/11/2019)

- 25) Proposição nº 1.01065/2017-37  
Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Atuação dos membros do Ministério Público na responsabilização civil e penal de advogados públicos ou privados emissores de pareceres técnicos.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Distrito Federal



Incluído na Pauta da 6ª Sessão Ordinária de 2021 (27/04/2021)

26) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00216/2020-53

Requerente: Maria Elda Fernandes Melo  
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Suspensão do pagamento da diferença entre o subsídio do cargo de Procurador de Justiça e do cargo de Promotor de Justiça que estejam exercendo cargos em comissão ou função de confiança na Administração Superior. Anulação da Portaria nº 98/2019/PGJ. Cumprimento da Resolução CNMP nº 09/2016. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 15ª Sessão Ordinária de 2021 (18/10/2021 e 19/10/2021)

27) Proposição nº 1.01226/2021-14

Requerente: Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de emenda regimental. Alteração do §6º, do art. 7º, e faz acréscimos ao art. 59, do RICNMP.  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 1ª Sessão Ordinária de 2022 (08/02/2022)

28) Proposição nº 1.00271/2021-42

Requerente: Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho  
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Dispõe sobre regras gerais regulamentares para concursos de ingresso na carreira do Ministério Público Brasileiro, consolidando as Resoluções nº 14/2006; nº 24/2007; nº 40/2009; nº 57/2010; nº 118/2014; nº 141/2016; nº 170/2017; nº 188/2018; nº 203/2019; nº 206/2019 e a Resolução nº 219/2020; o Enunciado nº 11/2016; e as Súmulas nº 4 e nº 5, de 2018; nº 6 e nº 7, de 2018, e nº 10 de 2018, e incluindo dispositivos com teor extraído das Recomendações nº 12/2009, nº 25/2014 e nº 40/2016 e sugerido na Proposta de Resolução nº 1.01141/2018-59.  
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa  
Origem: Distrito Federal

29) Conflito de Atribuições nº 1.00681/2021-39

Requerente: Procuradoria da República – Mato Grosso

Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso. Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.001361/2020-70. Apuração de possíveis atos de improbidade administrativa na administração dos recursos federais destinados à Secretaria Estadual de Educação para o Programa de Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica – PNAE.

Relator: Cons. Engels Augusto Muniz

Origem: Mato Grosso

Incluído na Pauta da 2ª Sessão Ordinária de 2022 (22/02/2022)

30) Proposição nº 1.01227/2021-78

Requerente: Sandra Krieger Gonçalves

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Instituição da Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Ministério Público e dispõe sobre a criação e manutenção, no âmbito do CNMP, de repositório online com dados de mulheres juristas brasileiras com expertise em diferentes áreas do Direito e que atuem em todas as áreas jurídicas – magistratura, Ministério Público, advocacia privada ou estatal, acadêmicas e servidoras públicas.

Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 3ª Sessão Ordinária de 2022

31) Proposição nº 1.00171/2022-05

Requerente: Otavio Luiz Rodrigues Junior

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Enunciado. Uniformização do julgamento de Conflitos de Atribuição que digam respeito a instituições de ensino superior (a) caso a demanda verse sobre questões privadas relacionadas ao contrato de prestação de serviços firmado entre a instituição de ensino superior e o aluno, tais como inadimplemento de mensalidade, cobrança de taxas, desde que não se trate de mandado de segurança, e, (b) em caso de mandado de segurança ou de registro de diploma perante o órgão público competente ou mesmo credenciamento da entidade perante o Ministério da Educação (MEC).

Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 4ª Sessão Ordinária de 2022 (29/03/2022)

32) Reclamação Disciplinar nº 1.00844/2020-00 (Processo Sigiloso)

Requerente: Sigiloso  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Advogado: Marcelo Ramos Peregrino Ferreira – OAB/SC n.º 12309  
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Santa Catarina;  
Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.  
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: Santa Catarina

Incluídos na Pauta da 5ª Sessão Ordinária de 2022 (19/04/2022)

33) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00474/2019-23

Requerente: Maria Elda Fernandes Melo  
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Anulação de artigos da Portaria nº 98/PGJ/2019, bem como de termos dos anexos das Portarias nº 210/PGJ, nº 314/PGJ, nº 397/PGJ e nº 482/PGJ. Designações de membro para oficiar perante Promotorias de Apoio Operacional. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Distrito Federal

34) Reclamação Disciplinar nº 1.00555/2019-23 (Recurso Interno)

Recorrente: Luiz Paulo Teixeira Ferreira  
Advogada: Desiree Gonçalves de Sousa – OAB/DF n.º 51483  
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.  
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Paraná

35) Conflito de Atribuições nº 1.00218/2022-40

Requerente: Procuradoria da República – Maranhão  
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Maranhão. Ministério Público do Estado do Maranhão. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.19.002.000142/2021-62. SIMP nº 001993-509/2021. Apuração de existência de bingos clandestinos. Município de Aldeias Altas/MA.  
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos  
Origem: Maranhão

Incluídos na Pauta da 8ª Sessão Ordinária de 2022 (24/05/2022)

36) Proposição nº 1.00511/2018-30 (Embargos de Declaração)

Embargantes1: Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho

Embargante2: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Acrescenta o § 5º ao art. 1º, da Resolução CNMP nº 73/2011. Possibilidade do exercício das atividades de coaching e similares pelos membros do Ministério Público brasileiro.

Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 9ª Sessão Ordinária de 2022 (14/06/2022)

37) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00408/2021-87

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requeridos: Membros do Ministério Público do Estado de São Paulo

Advogados: Eduardo Pizarro Carnelos – OAB/SP nº 78154; Roberto Soares Garcia – OAB/SP nº 125605; Flavia Amarante Teixeira Duarte – OAB/SP nº 434393

Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Membros do Ministério Público do Estado de São Paulo. Manifestação no bojo do Pedido de Providências nº 1.00675/2019-19. Possível manifestação difamatória e ofensiva em face de Conselheiros Nacionais do Ministério Público.

Relator: Cons. Engels Augusto Muniz

Origem: Distrito Federal

38) Reclamação Disciplinar nº 1.01279/2021-08 (Embargos de Declaração) (Processo Sigiloso)

Embargante: Sigiloso

Embargado: Membro do Ministério Público Federal

Advogados: Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF nº 34.673; Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF nº 20.800; Andre Fonseca Roller – OAB/DF nº 20.742

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.

Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda

Origem: Distrito Federal

- 39) Proposição nº 1.00138/2022-02  
Requerente: Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Revogação do inciso V do artigo 1º da Resolução CNMP nº 208, de 13 de março de 2020, e restabelece o preenchimento e envio dos relatórios de inspeções de que trata Resolução CNMP nº 154, de 13 de dezembro de 2016.  
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 10ª Sessão Ordinária de 2022 (28/06/2022)

- 40) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00006/2022-18  
Requerente: Marcelo Yuri Moreira Martins  
Advogado: Matheus Andrade Braga – OAB/CE n.º 40.495  
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará  
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Indicação de Técnico Ministerial para cargo comissionado de Assessor Jurídico I na 2ª Promotoria de Justiça de Conflitos Fundiários e Defesa da Habitação. Indeferimento. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa  
Origem: Ceará
- 41) Proposição nº 1.00326/2022-13  
Requerentes: Antônio Edílio Magalhães Teixeira; Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Comissão de Controle Administrativo e Financeiro; Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Recomendação aos ramos e unidades do Ministério Público brasileiro a observância dos tratados, convenções, protocolos internacionais de direitos humanos e da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, quando oportuno e conveniente.  
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 11ª Sessão Ordinária de 2022 (09/08/2022)

- 42) Reclamação Disciplinar nº 1.01272/2021-22  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Trabalho  
Interessados: Corregedoria do Ministério Público do Trabalho; Ministério Público do Trabalho  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Trabalho.  
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: Distrito Federal
- 43) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.01306/2021-60 (Recurso Interno)  
Recorrentes: Edison Lobão; Marcio Lobão; Romero Juca  
Advogado: Fábio Medina Osório – OAB/RJ n.º 160107  
Recorridos: Membros do Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro; Membro do Ministério Público do Estado de Sergipe  
Objeto: Membros do Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Membro do Ministério Público do Estado de Sergipe. Apuração e infração disciplinar praticada no exercício de atividade funcional perante a Força Tarefa anteriormente denominado Lava Jato do Rio de Janeiro. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00477/2021-45. Portaria CNMP-CN Nº 70/2021.  
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Origem: Distrito Federal
- 44) Proposição nº 1.00622/2022-05  
Requerente: Paulo Cezar dos Passos  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Disciplina a manifestação em habilitação, celebração de casamento civil e conversão de união estável entre pessoas do mesmo sexo.  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Distrito Federal
- 45) Conflito de Atribuições nº 1.00633/2022-03 (Processo Sigiloso)  
Requerente: Procuradoria da República no Município de Santarém/PA  
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará  
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Pará. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.23.002.000265/2022-51 e Notícia de Fato nº 005482-031- 2022. Apuração de falta de prédio para funcionamento da escola localizada na comunidade São Francisco do Aruã, Gleba Nova Olinda, PEAEX Aruã/Santarém.  
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho  
Origem: Pará

Incluídos na Pauta da 12ª Sessão Ordinária de 2022 (23/08/2022)

- 46) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00152/2022-61  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Advogado: Luis Carlos Parreiras Abritta – OAB/MG n.º 58.400  
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais;  
Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Reclamação Disciplinar n.º 1.00581/2021-01. Divulgação de mensagens em perfil pessoal na rede social "Facebook", com ofensas à honra e à reputação de ex-Presidente da República e Governador de Estado, bem como a Ministros do Supremo Tribunal Federal.  
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Distrito Federal
- 47) Pedido de Providências nº 1.00268/2022-73  
Requerente: Município de Porto Velho  
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia  
Interessado: Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP  
Objeto: Ministério Público do Estado de Rondônia. Atuação. Recomendação n.º 05/2020-21ªPJ. Conflito de entendimento sobre atendimento inicial feito pelo Conselho Tutelar ao adolescente que tenha cometido ato infracional. Município de Porto Velho/RO.  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Rondônia
- 48) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00300/2022-00 (Processo Sigiloso)  
Requerente: Maria Tania Coelho da Silva Alves  
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Alegação de omissão do Parquet estadual em executar sentença judicial. Possível negligência com menor de idade. Município de Petrolina.  
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Origem: Pernambuco

Incluídos na Pauta da 13ª Sessão Ordinária de 2022 (13/09/2022)

- 49) Proposição nº 1.00220/2019-05  
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração das Resoluções n.º 20/2007, n.º 129/2015 e n.º 181/2007. Adequação às disposições do art. 53, do Estatuto da Igualdade Racial e do Direito Internacional dos Direitos Humanos.  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Distrito Federal

- 50) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00270/2019-38 (Processo Sigiloso)  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo  
Advogados: Antonio Fernando Miranda – OAB/SP nº 33119; Fernanda Barretto Miranda Daolio – OAB/SP nº 198176; Jessica de Lima Macedo – OAB/SP nº 384838; Leonardo Carvalho Rangel – OAB/SP nº 285350  
Interessado: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo. Conduta incompatível com o cargo. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00674/2016-24. Portaria CNMP-CN nº 30/2019.  
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: São Paulo
- 51) Proposição nº 1.00301/2019-05  
Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva  
Interessado: Associação Nacional dos Procuradores da República  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Anteprojeto de Lei. Código de Ética e de Conduta do Ministério Público da União e dos Estados.  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Distrito Federal
- 52) Proposição nº 1.00708/2019-32  
Requerente: Dermeval Farias Gomes Filho  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Fiscalização de verbas do Fundo Penitenciário Nacional. Ações dirigidas à ampliação de ofertas de vagas do sistema prisional.  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Distrito Federal
- 53) Reclamação Disciplinar nº 1.00172/2021-60 (Processo Sigiloso)  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público Federal  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.  
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: Mato Grosso do Sul
- 54) Procedimento Avocado nº 1.01165/2021-03  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Acre  
Advogados: Marcus Venicius Nunes da Silva – OAB/AC n.º 3886; Alessandro Callil de Castro – OAB/AC n.º 3.131  
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Acre; Ministério Público do Estado do Acre  
Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Procedimento Avocado. Procedimento Administrativo Disciplinar nº 10.2020.00000063-0. Acórdão proferido na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00601/2021-72.  
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho  
Origem: Acre



- 55) Proposição nº 1.00139/2022-58  
Requerente: Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração da Resolução nº 154, de 13 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público na defesa dos direitos fundamentais das pessoas idosas residentes em instituições de longa permanência e dá outras providências.  
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho  
Origem: Distrito Federal
- 56) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00154/2022-79  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público Federal  
Advogados: Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF nº 34.673; Andre Fonseca Roller – OAB/DF nº 20.742; Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF nº 20.800  
Interessados: Corregedoria do Ministério Público Federal; Ministério Público Federal  
Objeto: Membro do Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Município de Mossoró/RN. Reclamação Disciplinar n.º 1.01257/2021-01.  
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Origem: Rio Grande do Norte
- 57) Reclamação Disciplinar nº 1.00234/2022-15 (Recurso Interno)  
Recorrente: Carlos Eduardo Lima  
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.  
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho  
Origem: São Paulo
- 58) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.00433/2022-32  
Requerente: Kennedy Carvalho Bezerra  
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará  
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Suspensão da decisão proferida pelo Conselho Superior do Ministério Público, que converteu o julgamento em diligência, determinando o retorno do processo 01.2021.00016033-0 à origem. Desrespeito à independência funcional do requerente. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos  
Origem: Ceará

- 59) Proposição nº 1.00630/2022-42  
Requerente: Rodrigo Badaró Almeida de Castro  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração da Resolução CNMP nº 173, de 4 de julho de 2017, para estabelecer a necessidade de envio automatizado ao CNMP das decisões dos órgãos colegiados dos ramos e unidades do Ministério Público investidos do controle da atuação extrajudicial finalística.  
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa  
Origem: Distrito Federal
- 60) Proposição nº 1.00653/2022-00  
Requerente: Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Alteração do art. 4º, inciso I, da Resolução CNMP nº 20/2007. Redução do número de visitas ordinárias na atividade de controle externo da atividade policial.  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Distrito Federal
- 61) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00706/2022-76  
Requerente: Beatriz Kicis Torrents de Sordi  
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Interessado: Comissão de Infância e Juventude  
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Controle. Recomendação nº 1/2022. 5ª Promotoria de Justiça de Eunápolis/BA. Adoção de medidas pelo Conselho Tutelar de Eunápolis, Itagimirim e Itapebi, pela Secretaria Municipal de Educação e por unidades de ensino públicas e privadas. Obrigatoriedade da imunização das crianças de 5 a 11 anos contra a Covid-19.  
Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto  
Origem: Bahia
- 62) Conflito de Atribuições nº 1.00720/2022-33  
Requerente: Ministério Público do Estado da Bahia  
Requerido: Procuradoria da República – Bahia  
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Ministério Público Federal no Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuições. Procedimento IDEA nº 608.0.215018/2012. Apuração de supostos atrasos nos pagamentos das remunerações dos funcionários. Verbas do FUNDEB. Município de Jequié/BA.  
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho  
Origem: Bahia

- 63) Proposição nº 1.00860/2022-57  
Requerente: Antônio Augusto Brandão de Aras  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Instituição da Ordem do Mérito do Conselho Nacional do Ministério Público.  
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 15ª Sessão Ordinária de 2022 (11/10/2022)

- 64) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00882/2021-63 (Processo Sigiloso)  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Pará  
Advogado: Daniel Coutinho da Silveira – OAB/PA n.º 11595  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Pará. Instrumentalização de sua atuação funcional em fundamentos ideológicos e desviando-se do atendimento do interesse público. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00305/2021-80. Portaria CNMP-CN nº 34/2021.  
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos  
Origem: Pará
- 65) Proposição nº 1.00634/2022-67  
Requerente: Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Diretrizes para realização de videoconferência no âmbito do Ministério Público.  
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos  
Origem: Distrito Federal
- 66) Proposição nº 1.00635/2022-10  
Requerente: Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Alteração do art. 148, §2º, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público.  
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Origem: Distrito Federal
- 67) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00649/2022-80  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão  
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Maranhão; Ministério Público do Estado do Maranhão  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão. Reclamação Disciplinar n.º 1.01122/2021-64. Apresentação de parecer contrário a pedido de habilitação para casamento homoafetivo.  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Maranhão

- 68) Pedido de Providências nº 1.00685/2022-43 (Recurso Interno)  
Recorrente: Município de Araguaína  
Advogado: Gustavo Fidalgo e Vicente – OAB/TO n.º 2020  
Recorrido: Ministério Público do Trabalho  
Objeto: Ministério Público do Trabalho. Recomendação ao Município de Araguaína/TO, em razão de suposta existência de assédio moral organizacional. Indeferimento de acesso aos autos do Inquérito Civil n.º 000033.2022.10.002/0 ao Município de Araguaína. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa  
Origem: Tocantins
- 69) Procedimento Avocado nº 1.00983/2022-42 (Processo Sigiloso)  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Acre  
Advogados: Kárida Coelho Monteiro – OAB/DF n.º 30.484; Raquel Botelho Santoro – OAB/DF n.º 28.686  
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Acre; Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado do Acre  
Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Reclamação Disciplinar n.º 1.00553/2022-67. Avocação do Processo Administrativo Disciplinar n.º 10.2019.00000023-0. Conclusões contraditórias do Conselho Superior e do Colégio de Procuradores de Justiça. Prejuízo ao adequado trâmite procedimental.  
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos  
Origem: Acre

Processos desta Sessão (25/10/2022)

- 70) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00817/2019-69  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Advogado: Evandro Barbosa da Silva – OAB/PE n.º 14.581  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco. Abuso do direito de reclamar. Imputações infundadas em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00586/2018-20. Portaria CNMP-CN nº 100/2019.  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Pernambuco
- 71) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00708/2021-93  
Requerente: Angelo Goulart Villela  
Advogados: Eugênio José Guilherme de Aragão – OAB/DF n.º 4935; Rafael de Souza Oliveira – OAB/DF n.º 36482  
Requerido: Ministério Público Federal  
Objeto: Ministério Público Federal. Revisão do Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00.002.000042/2017-21. Decisão do Conselho Superior do MPF.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Distrito Federal

- 72) Proposição nº 1.01297/2021-90  
Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Interessado: Comissão do Sistema Prisional e Controle Externo da Atividade Policial  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamentação, no âmbito do Ministério Público, da tutela coletiva de segurança pública e do controle externo da atividade policial.  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Distrito Federal
- 73) Proposição nº 1.01301/2021-92  
Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Interessado: Comissão do Sistema Prisional e Controle Externo da Atividade Policial  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamentação, no âmbito das unidades e ramos do Ministério Público, da tutela coletiva das políticas públicas de execução penal e da atividade de fiscalização dos estabelecimentos penais efetuadas pelos seus membros.  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Distrito Federal
- 74) Consulta nº 1.00590/2022-84  
Requerentes: Ministério Público do Estado do Piauí; Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Piauí  
Interessados: Associação Piauiense do Ministério Público; Maria Carmen Coutinho Cavalcanti  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Resolução nº 223, de 16 de dezembro de 2020, do CNMP. Direito do auxílio-saúde a membros inativos. Marco temporal.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Piauí
- 75) Sindicância nº 1.00617/2022-39 (Processo Sigiloso)  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Amazonas  
Advogados: Daniel Cardoso Gerhard – OAB/MG n.º 101473; Aline Auzier Franca – OAB/AM n.º 17.230; Ana Luiza Moraes Rebouças – OAB/AM n.º 5.891  
Objeto: Sindicância instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Amazonas.  
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: Amazonas

- 76) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00627/2022-83  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Advogado: Luis Carlos Parreiras Abritta – OAB/MG nº 58.400  
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais;  
Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Reclamação Disciplinar nº 1.00049/2022-67. Postagens em perfil pessoal da rede social Facebook, com conteúdo possivelmente atentatório ao prestígio da Justiça e ofensivas à honra e à imagem de ex-presidentes da República, parlamentares e governador de Estado.  
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Minas Gerais
- 77) Conflito de Atribuições nº 1.00701/2022-06  
Requerente: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte  
Requerido: Procuradoria da República – Rio Grande do Norte/Ceará-Mirim  
Interessado: 2ª Promotoria de Justiça de Mossoró  
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Norte. Conflito negativo de atribuições. Inquérito Civil nº 04.23.2022.0000033/2020-93. Notícia de Fato nº 1.28.100.000069/2019-97. Apuração de possíveis fraudes ao programa habitacional Minha Casa, Minha Vida. Município de Mossoró/RN.  
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Origem: Rio Grande do Norte
- 78) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00708/2022-83 (Recurso Interno)  
Recorrente: Alan Johnnes Lira Feitosa  
Recorrido: Ministério Público do Estado do Pará  
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Suspensão dos certames de promoção e de remoção. Aplicação das regras de antiguidade na entrância. Protocolo nº 59.998/2018. Pedido de reconsideração de decisão do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado do Pará. Pedido Liminar  
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa  
Origem: Pará
- 79) Pedido de Providências nº 1.00763/2022-82  
Requerente: Bahia Terminais S/A  
Advogados: Adriano Figueiredo de Souza Gomes – OAB/BA nº 32.385; Daniel Farias Cavalcante Martins – OAB/BA nº 66.302  
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes de Contra a Ordem Tributária – GAESF. SEI nº 19.09.02347.0002051/2022-12. Procedimento Investigatório Criminal (PIC) nº 8138374-07.2021.8.05.0001. Fornecimento de informações requeridas. Descumprimento da Resolução CNMP nº 181/2017. Regulamentação de período de guarda de informações suscetíveis de requerimento via Lei de Acesso à Informação. Resolução CNMP nº 89/2012.  
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Bahia

- 80) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00805/2022-58  
Requerentes: Camila Gaspar Leite; Carlos Allan da Costa Siqueira; Claudio Borges dos Santos; Claudio Rebelo Correia Alencar; Crystian Gonzalez Boucinhas; Denys Lima Rêgo; Doracy Moreira Reis Santos; Erica Ellen Beckman da Silva; Felipe Augusto Rotondo; Gustavo Pereira Silva; Hagamenon de Jesus Azevedo; Igor Adriano Trinta Marques; José Frazão Sá Menezes Neto; João Viana dos Passos Neto; Karine Guará Brusaca Pereira; Klycia Luiza Castro de Menezes; Luciano Henrique Sousa Benigno; Lícia Ramos Cavalcante; Marcio Thadeu Silva Marques; Maria do Nascimento Carvalho Serra Lima; Natália Macedo Luna Tavares; Peterson Armando Azevedo de Abreu; Raquel Madeira Reis; Rita de Cássia Pereira Souza; Thiago Candido Ribeiro; Thiago Lima Aguiar; Tiago Quintanilha Nogueira; Xilon de Souza Junior  
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão  
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Resolução n.º 119/2022-CPMP. Substituições nos casos de afastamento, impedimento, suspeição e ausência de titular de Promotoria de Justiça. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Maranhão
- 81) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00815/2022-00  
Requerente: Francisco Junior Alves Machado  
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás  
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Irregularidades no Portal da Transparência. Lei de acesso à informação. Controle quanto ao provimento de cargos comissionados. Cumprimento de Resolução do CNMP.  
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Goiás
- 82) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00891/2022-44 (Recurso Interno)  
Recorrente: Matheus Baraldi Magnani  
Recorrido: Procuradoria da República – São Paulo  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. Declaração de nulidade, com efeitos ex-tunc, da Portaria PR/SP nº 428/2022. Reestruturação dos Ofícios da Procuradoria da República no Estado de São Paulo. Violação ao art. 57, inciso I, alíneas c e d. Violação ao art. 49, inciso VI. Lei Complementar nº 75/1993.  
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos  
Origem: São Paulo
- 83) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00952/2022-55 (Recurso Interno)  
Recorrente: Marcelo Auday de Pinho  
Recorrido: Ministério Público do Estado do Amazonas  
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Processos n.º 2021.010657 e 2022.004411. Concessão de auxílio-saúde a servidor ministerial. Reembolso. Indeferimento. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho  
Origem: Amazonas

- 84) Conflito de Atribuições nº 1.00957/2022-23  
Requerente: Procuradoria da República – Sergipe/Estância/Itabaiana  
Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Sergipe. Ministério Público do Estado de Sergipe. Conflito negativo de atribuições. Inquérito Civil nº 1.35.000.001843/2017-17. Apuração de supostas irregularidades relacionadas à construção, publicidade, aquisição, entrega e administração de empreendimento construído pela MRV Engenharia e Participações S.A. Município de Aracaju/SE.  
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos  
Origem: Sergipe
- 85) Conflito de Atribuições nº 1.00966/2022-14  
Requerente: Ministério Público do Estado da Bahia  
Requerido: Procuradoria da República – Bahia  
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Ministério Público Federal no Estado da Bahia. Conflito Negativo de Atribuições. IDEA Nº 003.9.113323/2022. Análise de eventuais irregularidades apontadas na Dispensa nº 02/2020, realizada pela Prefeitura de Candeias/BA, para contratação de serviço de carro de som para informar a população sobre questões de enfrentamento da pandemia de COVID. Uso de verbas repassadas pela União ao Município por meio do Fundo Municipal de Saúde.  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Bahia
- 86) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00978/2022-76  
Requerente: Ângelo Goulart Villela  
Advogados: Eugênio José Guilherme de Aragão – OAB/DF n.º 4935; Rafael de Souza Oliveira – OAB/DF n.º 36482  
Requerido: Ministério Público Federal  
Objeto: Ministério Público Federal. PAD 1.00.002.000050/2018-59. Alegação de nulidade.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Distrito Federal
- 87) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00981/2022-35  
Requerente: Marcio Vanderlei de Souza  
Requeridos: Ministério Público do Estado do Pará; Procuradoria da República – Pará/Castanhal  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Pará. Ministério Público do Estado do Pará. Omissão. Apuração de supostos crimes envolvendo a Associação dos Produtores Rurais do Araguaia – Pará. NUP 1.23005.000124/2022-17.  
Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro  
Origem: Pará



- 88) Conflito de Atribuições nº 1.00997/2022-01  
Requerente: Procuradoria da República – Bahia  
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.14.010.000200/2022-16. Apuração de dificuldade de pessoa com deficiência no procedimento para habilitação para condução de veículo automotor junto ao DETRAN/BA no Município de Eunápolis.  
Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto  
Origem: Bahia
- 89) Conflito de Atribuições nº 1.00998/2022-65  
Requerente: Ministério Público do Trabalho  
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí  
Objeto: Ministério Público do Trabalho. Ministério Público do Estado do Piauí. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 000781.2022.22.000/1-06. Apuração de reclamação nº 1786/2022 em face do Estado do Piauí (Secretaria Estadual de Saúde – Hemopi – Agência Transfusional de Pedro II).  
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos  
Origem: Piauí
- 90) Conflito de Atribuições nº 1.01021/2022-65  
Requerente: Ministério Público do Estado do Amazonas  
Requerido: Procuradoria da República – Amazonas  
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.13.000.001835/2021-14. Apuração de possíveis irregularidades na condução de processo de licenciamento do IPAAM referente ao empreendimento Vivenda das Marinas, da incorporadora Civilcorp, em prejuízo à área de APP no entorno do Rio Tarumã-Açú, em Manaus/AM.  
Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto  
Origem: Amazonas
- 91) Conflito de Atribuições nº 1.01041/2022-54  
Requerente: Ministério Público do Estado do Maranhão  
Requerido: Procuradoria da República – Maranhão  
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 001819-254/2020. Alegação de irregularidades nas relações trabalhistas docentes e funcionais e na prestação dos serviços educacionais ofertados pela Faculdade do Vale do Itapecuru – FAI e pelo Instituto Superior de Educação de Caxias – ISEC, instituições de ensino mantidas pela SOCIEDADE EDUCACIONAL DE CAXIENSE S/C LTDA. – SOEDUCA na cidade de Caxias/MA.  
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Maranhão

- 92) Conflito de Atribuições nº 1.01059/2022-38  
Requerente: Procuradoria da República – Bahia  
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuição. Inquérito Civil nº 1.14.007.000293/2021-57. Apuração de possível dano ambiental na construção do Mercado Público Municipal de Encruzilhada/BA, sob área de preservação permanente (Rio Água Preta).  
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Bahia
- 93) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01067/2022-75  
Requerente: Rodrigo Jaci Silva  
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Pedido de reconhecimento de realização de cursos. Progressão funcional de servidor efetivo. Ato nº 301/2018/PGJ. Indeferimento por parte da Comissão para Assuntos Funcionais de Servidores do Ministério Público Catarinense (COAFS).  
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves  
Origem: Santa Catarina
- 94) Pedido de Providências nº 1.01069/2022-82  
Requerente: Cremilson Pereira dos Santos  
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Alegação de possível perseguição e atuação irregular de Promotores de Justiça atuantes perante a Justiça Militar Estadual. Possível crime cometido por policial militar.  
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves  
Origem: Minas Gerais
- 95) Conflito de Atribuições nº 1.01072/2022-41  
Requerente: Procuradoria da República – Bahia  
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.14.000.002293/2022-32. Apuração de supostas irregularidades praticadas pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. – EMBASA.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Bahia
- 96) Conflito de Atribuições nº 1.01090/2022-23  
Requerente: Ministério Público do Estado do Paraná  
Requerido: Procuradoria da República – Paraná  
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 0108.21.000593-1 (1.25.000.003443/2021-61). Representação contra instituição de ensino superior, referente à recusa de entrega de diploma.  
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves  
Origem: Paraná

97) Conflito de Atribuições nº 1.01091/2022-87

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo

Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Conflito negativo de atribuição. Peças de Informação nº 66.0161.0000476/2022-8 (SEI nº 29.0001.0097098.2022-66). 6º Promotor de Justiça do Consumidor da Capital (SP). 43º Promotor de Justiça da Comarca de Campo Grande (MS). Instauração de procedimento para investigar comercialização de bicicletas, via internet, por empresa localizada na capital paulistana, que não satisfazem as exigências do Código de Trânsito Brasileiro (CTB). Investigação da empresa "RIVA CYCLES".

Relator: Cons. Engels Augusto Muniz

Origem: São Paulo

98) Conflito de Atribuições nº 1.01092/2022-30

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo

Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 66.0161.0000471/2022 (SEI nº 29.0001.0098774.2022-16). 3º Promotor de Justiça do Consumidor da Capital (SP). 43º Promotor de Justiça da Comarca de Campo Grande (MS). Instauração de procedimento para investigar comercialização de bicicletas, via internet, por empresa localizada na capital paulistana, que não satisfazem as exigências do Código de Trânsito Brasileiro (CTB). Investigação da empresa "ESCOLA PARK TOOL".

Relator: Cons. Engels Augusto Muniz

Origem: São Paulo

**ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS**  
**Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público**